

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO – IFRJ
CAMPUS SÃO JOÃO DE MERITI
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS DE LETRAMENTO**

JEANNE CHAVES RODRIGUES

**LETRAMENTO VERSUS LITERACIA: FORÇAS EM DISPUTA
PELO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.**

**São João de Meriti – RJ
2021**

JEANNE CHAVES RODRIGUES

**LETRAMENTO VERSUS LITERACIA: FORÇAS EM DISPUTA
PELO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Práticas de Letramento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), como requisito para à obtenção do título de Especialista em Práticas de Letramento.

Orientador(a): Prof(a). Me.: Luiz Alberto Chaves Junior

**São João de Meriti – RJ
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696 Rodrigues, Jeanne Chaves.

Letramento versus literacia : forças em disputa pelo projeto de alfabetização no Brasil. / Jeanne Chaves Rodrigues. -- São João de Meriti, RJ, 2021.

31 f. : il. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Práticas de Letramento) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2021.

Orientação: Prof. Me. Luiz Alberto Chaves Junior.

1. Letramento. 2. Literacia. 3. Alfabetização. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Campus São João de Meriti. II. Título.

IFRJ/CSJM

CDU 37.091.3

LETRAMENTO VERSUS LITERACIA: FORÇAS EM DISPUTA PELO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

JEANNE CHAVES RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação lato sensu em Práticas de Letramento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do certificado de Especialista em Práticas de Letramento.

Examinado por:

Prof. Me. Luiz Alberto Chaves Junior
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Orientador(a)

Profa. Me. Daysi Lucidi Gomes Farias
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Membro Interno

Profa. Dra. Dilcelene Quintanilha de Resende Cordeiro
Colégio Pedro II
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus, o autor e consumidor de toda minha fé, impulso de vida em mim, que gerou esse sonho em meu coração.

Ao Professor Mestre Luiz Alberto Chaves Junior, que esteve comigo durante todo esse processo de escrita, orientando-me qual seria o melhor caminho. Obrigada, pela paciência, pelas palavras de incentivo, pelo compartilhar de cada conhecimento, pelas horas dedicadas a esta pesquisa. Mais que um orientador, nasceu aqui uma grande parceria.

Aos meus pais Geraldo e Dulcineia, que formaram em mim um caráter firme e me prepararam para viver com dignidade e coragem. Por todo apoio que depositaram em meu sonho e serem meus grandes incentivadores. Amo muito vocês!

Aos meus irmãos, Carla, Lucas e Nathália, por existirem e fazerem parte da minha trajetória de vida. Eu amo minha família!

Aos professores do curso de Especialização em Práticas de Letramento, que contribuíram para a construção da minha formação, compartilhando seus conhecimentos e experiências. Muito obrigada!

À coordenação do curso de Especialização em Práticas de Letramento, pelo acolhimento durante todo o curso, por sempre atender com carinho e atenção às demandas da turma 2019.1.

À direção e à equipe técnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ – Campus São João de Meriti, por proporcionar toda estrutura física e administrativa para que esse curso de especialização acontecesse.

À Sandra, Carlinda e Michelle pelos encontros descontraídos de orientação coletiva, por todo companheirismo e união que sempre tivemos. Meninas, obrigada pelas contribuições na construção de minha pesquisa!

À primeira turma do curso de Especialização em Práticas de Letramento – 2019.1, por tantos sábados que estivemos juntos/as, pelas trocas de experiências que enriqueceram a minha trajetória no IFRJ. Obrigada!

A todos que de alguma maneira contribuíram para o processo de minha formação, seja com uma palavra de incentivo, seja com uma ação que beneficiou a minha caminhada formativa, muito obrigada! Eu consegui!

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado”

Rubem Alves

RESUMO

RODRIGUES, Jeanne Chaves. **Letramento versus literacia: Forças em disputa pelo projeto de alfabetização no Brasil**. Orientador(a): Prof(a). Me. Luiz Alberto Chaves Junior. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Práticas de Letramento), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A ação de ler e escrever são indispensáveis para o ato da cidadania em sociedades letradas. Desse modo, a política de alfabetização de um país é de suma importância para a contribuição do domínio do código letrado. O propósito dessa pesquisa é investigar a atual corrente pedagógica, a partir da criação do decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que substitui o termo letramento utilizado nacionalmente no campo da Alfabetização no Brasil, pelo vocábulo literacia empregado internacionalmente. Ao propor esta mudança que filosofia político-pedagógica o atual Governo Federal do Brasil quer impor à alfabetização? Para refletir sobre a questão evidenciada anteriormente, o caminho metodológico adotado neste artigo baseia-se na pesquisa qualitativa por meio da análise documental. Usaremos como referenciais teóricos SOARES (2004), FREIRE (2001), STREET (2014), KISHIMOTO (2010) e MORAIS (2014). Os resultados da análise apontam que o caderno PNA é um instrumento político que está sendo utilizado para trazer mudança teórico-epistemológica e metodológica ao sistema educacional brasileiro que poderá impactar, a curto e longo prazo, a Educação Básica. O documento legitima práticas tradicionais de alfabetização focadas em um ensino da leitura e escrita a partir do método fônico, que relacionam a aprendizagem às ciências cognitivas, sendo consideradas como propostas pedagógicas efetivas para o Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Alfabetização; Literacia; Letramento.

ABSTRACT

RODRIGUES, Jeanne Chaves. **Literacy versus Literacy: Forces in dispute for the literacy project in Brazil**. Advisor: Prof. Me. Luiz Alberto Chaves Junior. Final Paper (Specialization Course in Literacy Practices), Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The action of reading and writing are essential for the act of citizenship in literate societies. In this way, the literacy policy of a country is of paramount importance for the contribution of the mastery of the literate code. The purpose of this research is to investigate the current pedagogical trend, from the creation of Decree No. 9765, of April 11, 2019, which institutes the National Literacy Policy (PNA), which replaces the term literacy used nationally in the field of Literacy in Brazil, for the word literacy used internationally. When proposing this change, what political-pedagogical philosophy does the current Federal Government of Brazil have on literacy? To reflect on the issue highlighted above, the methodological path adopted in this article is based on qualitative research through document analysis. We will use SOARES (2004), FREIRE (2001), STREET (2014), KISHIMOTO (2010) and MORAIS (2014) as theoretical references. The results of the analysis show that the PNA notebook is a political instrument that is being used to bring ideological change to the Brazilian educational system that could impact, in the short and long term, Basic Education. The document legitimizes traditional literacy practices focused on teaching reading and writing based on the phonic method, which relate learning to cognitive sciences, being considered effective pedagogical proposals for Elementary School.

Keywords: Literacy; Literacy; Literacy.

SUMÁRIO

Introdução	09
1. Percorso teórico-metodológico.....	11
2. O caderno PNA, um instrumento político?.....	16
3. O caderno PNA, um documento em análise.....	21
Considerações	27
Referências	28

.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre alfabetização e letramento sempre estiveram presentes na minha trajetória formativa. Quando estava cursando o curso de Pedagogia na Universidade Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, entre 2012 – 2016, tive a oportunidade de participar como bolsista, durante três anos, do Programa Institucional de Iniciação à docência – PIBID, no subprojeto Ped –Letramentos¹, cujo objetivo era analisar as práticas sociais de leitura e escrita, além dos discursos produzidos pelas crianças do terceiro ano do Ensino Fundamental, visando pesquisar a questão da alfabetização e letramento.

O projeto do PIBID foi criado em 2008, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Ministério da Educação – MEC, cujo propósito principal do programa consistia em proporcionar uma articulação entre Educação Superior e a Educação Básica, promovendo aos graduandos das licenciaturas vivenciarem a experiência docente ainda na formação inicial.

Todas as experiências vividas no projeto do PIBID foram de suma importância para o início da minha carreira profissional, que se iniciou em 2018, como professora substituta do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no setor de Educação Infantil, onde estive até o final de julho de 2020, assim como na minha trajetória atual como professora contratada das prefeituras de São João de Meriti e Belford Roxo, respectivamente na Educação Infantil e no segundo ano do Ensino Fundamental. As reflexões sobre o letramento, desenvolvidas na minha formação inicial, foram e ainda são essenciais na minha prática docente.

Dentro desse contexto e buscando um aprimoramento profissional, em 2019 entro na primeira turma do curso de Especialização Lato Sensu em Práticas de Letramento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ – *campus* São João de Meriti, situado na Baixada Fluminense, com propósito de obter um aprofundamento teórico a respeito das práticas de letramento.

Coincidentemente, no mesmo período, o governo federal cria o decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização – PNA, suprimindo no

¹ Subprojeto Ped – Letramentos fazia parte do PIBID Interdisciplinar da UFRRJ, constituído pelos cursos de licenciatura em Matemática, Pedagogia e Letras.

texto legal o termo letramento, dando visibilidade ao conceito de literacia. Com este fato surgiu o desejo de pesquisar este documento tendo por base a seguinte reflexão: De que maneira essa mudança conceitual na política de alfabetização brasileira representará avanço ou retrocesso no campo educacional?

Sendo assim, o objetivo deste artigo consiste em desenvolver uma análise documental, a partir do caderno do PNA, considerando algumas inquietações que surgiram a respeito da substituição do termo letramento pelo termo literacia. O que representa para o campo da alfabetização essa alteração? Quais intenções teórico-epistemológicas e metodológicas o atual Governo Federal do Brasil pretende com tal modificação?

Para tecer as reflexões acima, usaremos como referencial teórico Soares (2004) para refletirmos sobre a alfabetização permeada pela perspectiva do letramento. Paulo Freire (2001) também será acionado por defender em seus estudos uma alfabetização popular focada na perspectiva social.

Dialogaremos com Street (2014), por conceituar o letramento a partir das perspectivas autônoma e ideológica. Sendo o primeiro conceito centrado na transmissão de conteúdos sem vínculo com as produções linguísticas culturais, enquanto o segundo defende uma prática que vise os elementos socialmente construídos. E para refletirmos sobre o conceito de literacia, mencionaremos Kishimoto (2010) e Morais (2014).

Sendo assim, essa pesquisa tem relevância na área da educação, pois contribuirá para os estudos no campo da alfabetização, trazendo reflexões importantes a respeito do PNA, documento que surgiu recentemente, mas que se apresenta como uma proposta salvacionista enquanto política educacional.

Nas páginas a seguir trataremos do percurso teórico-metodológico adotado para fundamentar o presente estudo.

1- PERCURSO TEÓRICO – METODOLÓGICO

Em sociedades letradas contemporâneas, ler e escrever são ações imprescindíveis para o exercício da cidadania. Através da leitura e da escrita, temos condições de nos apropriar de um instrumento de luta, ou seja, o domínio do código letrado, para exercer funções sociais de maneira crítica. Sendo assim, não ser alfabetizado é sinônimo de exclusão social, situação está que afeta principalmente as camadas populares.

No Brasil, o analfabetismo tem apresentado altos índices, isso pode ser comprovado com o resultado da pesquisa realizada em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que estima 11 milhões de analfabetos no país, sendo 76% deles da cor parda ou preta. Esse indicativo elevado pode ser justificado pelas colocações de Gadotti:

“É preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego” (2008, p.11).

Dessa forma, a alfabetização é mais que um processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, constitui-se como um ato político, sendo dever do Estado garantir o acesso e permanência de todo cidadão na escola (FREIRE, 1989). Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, todos têm o direito à educação. Este direito também é ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, quando a criança completa quatro anos de idade. Dessa forma, a escola pública torna-se uma instituição social importante por contribuir na emancipação da classe trabalhadora diante da desigualdade estrutural.

Neste sentido, o sistema escolar precisa contribuir na formação cidadã dos sujeitos em curso considerando o preparo para o mundo do trabalho. Por isso é incabível separarmos a educação do contexto sócio-político, pois o processo educacional se estrutura por meio de relações de poder constituídas sócio historicamente.

Mas qual é o sentido da alfabetização em processos de escolarização? Para os docentes, ao longo da história da educação brasileira, a preocupação em ensinar a ler e escrever esteve centrada nos métodos de alfabetização. Segundo Carvalho (2005),

tradicionalmente a preocupação metodológica no ato de alfabetizar perpassa por meio de métodos considerados sintéticos², analíticos³ ou mistos⁴.

Com a disseminação do construtivismo no Brasil, a partir da década de 80, intermediada pelos estudos desenvolvidos de Emília Ferreiro, sobre a “*psicogênese da língua escrita*”, esta base conceitual revelou o entendimento sobre a maneira em que as crianças aprendem a língua escrita. O construtivismo consiste basicamente na ideia de que a aprendizagem da leitura e da escrita das crianças se dá por meio das interações com os textos, através das hipóteses construídas sobre a escrita, significados das palavras e as relações das letras com a fala. Mas o construtivismo enquanto teoria foi percebida pelo grande público como uma proposta metodológica de alfabetização (SOARES, 2004).

Para além desta busca do método de alfabetização adequado, visando sanar o problema do analfabetismo, Magda Soares contribui no debate educacional para pensarmos em práticas de ensino alfabetizadoras permeadas pelas práticas de letramento. Entendendo que o letramento não pode ser priorizado em detrimento da alfabetização e vice-versa, pois apesar das especificidades separá-los é um grande desacerto no processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

O conceito de letramento ganha capilaridade no Brasil pouco depois do fim da ditadura militar, definido como o “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2004, p.18). Uma criança, mesmo que não esteja alfabetizada, quando inserida em práticas de leitura e escrita, são vistas como letradas, por se apropriarem de estratégias como: manusear livros, ler livros pelas ilustrações, brincar de escrever, ouvir histórias e recontar da sua maneira.

Nesse sentido, Paulo Freire (2001) já vinha, décadas antes, defendendo em seus estudos uma alfabetização popular voltada para a perspectiva social. Para ele, a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra, afirma que ler não é uma distração, nem mesmo uma atividade de fixação de certos conteúdos textuais, alerta que uns dos maiores problemas que cercam o processo da leitura e da escrita é não aproveitar os conhecimentos prévios das crianças para alfabetizar.

² Métodos sintéticos: apoiam-se na ideia de que a língua portuguesa é fonética e silábica.

³ Métodos analíticos: da palavração (O aprendizado, como diz o nome, começa pelas palavras), da sentencição (Nesse caso, o aprendizado se inicia por frases inteiras, da historieta e do conto e apresenta primeiro estruturas de textos com começo, meio e fim).

⁴ Métodos mistos: Esse método se caracteriza por explorar o todo e as partes simultaneamente.

Os pensamentos freirianos influenciaram os estudos críticos do letramento e um deles é de Street (2014) que conceituou o letramento por dois modelos: o autônomo e o ideológico. O primeiro reflete o que Freire (1996) nomeou como educação “*bancária*”, se referido às propostas de leitura e escrita desconectadas com o social, sendo um ensino centrado na transmissão de conteúdo, atividades sem vínculo com as produções linguísticas culturais, que visam apenas transferir conhecimento para a evolução das competências cognitivas individuais. Esse modelo de letramento trata todos os sujeitos, independente de classe social, de raça, de gênero, afastados de lutas sociais, de meio culturais e os reconhecem como pessoas passivas no processo de ensino-aprendizagem, receptores de conteúdo, que os impossibilitam construir pensamento crítico frente ao mundo em que vivem.

O modelo ideológico sugere uma prática social refletida sobre os elementos socialmente construídos, pois a maneira que o sujeito se relaciona com a leitura e a escrita está vinculada com sua identidade considerando seu contexto sócio-histórico-cultural. Dessa forma, existe uma dependência dos letramentos desse sujeito ao contexto que o constitui, a partir das relações de poder e políticas ideológicas de letramento (STREET, 2014).

No Brasil, no ano de 2005, foi criado o Pró-Letramento, um programa de formação continuada realizado pelo Ministério da Educação-MEC em parceria com as universidades públicas, destinado aos professores da Educação Básica, que visava o aprimoramento do ensino da escrita/leitura e pensamento lógico matemático nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O Pró-letramento foi uma política do governo que valorizou a formação continuada dos professores, proporcionando uma articulação entre a teoria e a prática, no âmbito da alfabetização e letramento, cooperando para a trajetória formativa e refletiva dos docentes. Em 2010 o projeto foi finalizado, mas segundo o MEC os resultados foram positivos, pois de acordo com a pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010, a taxa de analfabetismo da população, a partir de 15 anos de idade, reduziu de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010.

Outro importante programa criado para o fortalecimento das políticas educacionais foi o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, instituído pela portaria nº 862, de 4 de julho de 2012, com o propósito de criar estratégias para que ao final do 3º ano do Ensino Fundamental todas as crianças estivessem alfabetizadas. Uma das premissas era incentivar, por meio de formação continuada, os professores do ciclo de alfabetização a planejarem suas aulas articuladas com os materiais didáticos distribuídos pelo MEC voltados

para alfabetização na perspectiva do letramento. Considerando os investimentos públicos em prol de uma política de alfabetização calcada no conceito de letramento, nos cabe recuperar a origem da palavra letramento para a compreensão do cenário.

Magda Soares (2004), em suas pesquisas, declara que o conceito de letramento usado no Brasil é a versão em português da palavra *literacy* da língua inglesa, assim como literacia é em Portugal e Espanha, como traz Morais (2014). Embora o letramento e a literacia tenham surgido da mesma origem, seus sentidos podem modificar conforme os interesses ideológicos.

Nos estudos de Kishimoto (2010) os termos letramento e literacia são considerados sinônimos e são definidos como uma construção social relacionados aos aspectos sociais, econômicos e históricos de uma sociedade. Já o autor, português, José Morais (2014), doutor em desenvolvimento da cognição e psicolinguística, que defende o envolvimento da neurociência na alfabetização, define literacia como:

Uma prática social, mas é também uma prática pessoal (do indivíduo para si mesmo no que ele tem de único, embora formado ou influenciado pela sociedade) e nem todas as práticas de literacia, longe disso, são geridas por relações de poder. Felizmente, ainda temos uma vida para além das relações de poder, e uma das razões para lutar contra as relações de poder é obter que, para cada ser humano, a literacia faça parte dessa vida (MORAIS, 2014, p. 5).

No seu livro titulado “Alfabetizar para a democracia” com três capítulos dedicados à alfabetização no Brasil afirma que o termo letramento circula no âmbito educacional voltado para os comprometimentos políticos, dando ênfase para o uso da leitura e da escrita, exclusivamente, para o social, desprezando as funções individuais, como se o sujeito só tivesse valor no social. Por isso, o português europeu não utiliza letramento, pois acredita que os “fundamentos da escrita e da literacia alfabéticas são biológicos e cognitivos, mas a invenção é social e cultural” (MORAIS, 2014, p. 14).

Dessa forma, o propósito dessa pesquisa é investigar a atual corrente pedagógica que vem surgindo no governo federal a partir da criação do decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituí a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Cabe ressaltar que, curiosamente no texto do PNA o termo “literacia” é mencionado repetidamente enquanto o vocábulo letramento é totalmente suprimido. Neste sentido, o que representa a supressão do termo “letramento” em um documento que prevê uma política nacional de alfabetização? A

substituição do conceito letramento traz quais implicações para o sistema educacional? Ao propor o uso do termo “literacia” que filosofia política-pedagógica o atual Governo Federal do Brasil tem sobre a alfabetização?

Para refletir sobre as questões evidenciadas anteriormente o caminho metodológico adotado neste artigo baseia-se na pesquisa qualitativa⁵ de caráter crítico, por meio de análise documental.

O método de pesquisa documental visa investigar dados de arquivos que ainda não foram analisados ou que possam ser reorganizados conforme os propósitos da pesquisa (GIL, 2008). Para tal utiliza-se de uma multiplicidade de materiais públicos e/ou privados, como: fotografias, cartas, documentos, gravações em vídeos, diários etc. Por tratar-se de uma metodologia em que os materiais já estão concluídos, e pela subjetividade do documento, o observador ao analisá-lo precisa estar atento às palavras, conceitos, termos, mensagens ocultas que estarão contidas nele e que trazem um significado importante para o estudo desenvolvido (CELLERD 2008).

Dentro dessa metodologia de pesquisa as análises qualitativas devem observar ideias, sentidos, as preposições do emissor para entendemos as mensagens. São as palavras, frases, termos que podem compor um complexo de significados, relacionando com o contexto sociocultural em que a mensagem foi produzida, seu objetivo, sua influência, a ideologia que compõem a composição da escrita.

Sendo assim, seguindo os instrumentos metodológicos abordados, iremos analisar o conteúdo do caderno da Política Nacional de Alfabetização – PNA buscando observar o contexto político em que foi criado, os termos que são usados com frequência no documento e que podem trazer mudança teórico-epistemológica e metodológica em descontinuidade com a política de alfabetização desenvolvida pelo MEC até o ano 2016. Desse modo, as próximas enunciações desse trabalho trarão a síntese da PNA.

⁵ Envolve uma variedade de “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2011, p.22).

2- O CADERNO PNA, UM INSTRUMENTO POLÍTICO?

O caderno do PNA que será analisado foi elaborado num contexto político que precisa ser explicitado. Quando refletimos sobre a atual gestão do governo federal, observamos as diversas contrariedades que vêm sendo promovidas no país na área da educação. Entre as várias mudanças educacionais propostas, atacar as concepções pedagógicas baseadas em Paulo Freire⁶ é um dos principais objetivos do governo atual.

Isso se dá pelo fato de Paulo Freire (1996) nos ensinar que a educação é uma ferramenta de luta. Pois, segundo ele, não existe educação neutra, ao contrário, tanto pode ser usada para favorecer os mais vulneráveis da sociedade, como pode ser um instrumento de doutrinação e dominação da elite sobre o povo. Freire era totalmente contra o neoliberalismo e a favor de que o sujeito desenvolvesse um pensamento crítico frente ao mundo em que vive.

O descontentamento do governo com os princípios estabelecidos por Paulo Freire, o maior símbolo da educação na América do Sul, pode ser entendido pela defesa que faz em favor de uma sociedade democrática. De acordo com Oliveira (2020) ainda não se sabe ao certo qual seria a característica da gestão de Bolsonaro, se é fascista ou não, mas com seus discursos autoritários se distancia consideravelmente de uma administração democrática.

Segundo Stanley (2019) a manifestação mais evidente de uma política fascista é a divisão. Para ele o propósito desse sistema é segregar a população entre “nós” e “eles”, recorrendo às distinções étnicas, religiosas, raciais e políticas. É essa divisão que modela a forma ideológica de trabalho para a consolidação e fixação das concepções fascistas na sociedade.

Além disso, Stanley (2019) menciona que os políticos fascistas fundamentam suas ideias desconsiderando o sentido histórico construído pela população, buscando convencer as pessoas de uma nova realidade que favoreça os seus interesses. É por isso que uma das características fortes desse sistema político é atacar as universidades e o sistema educacional, pois são espaços que proporcionam o desenvolvimento de ideias críticas que podem atrapalhar a sua dominação social.

⁶ Paulo Freire (1921-1997) foi um educador brasileiro, criador do método inovador no ensino da alfabetização para adultos. Seu método foi levado para diversos países. Paulo Freire nasceu no Recife, Pernambuco, no dia 19 de setembro de 1921.

Essa realidade foi visível no atual governo quando resolveu interferir nas escolhas dos Reitores de algumas universidades públicas do país, desconsiderando a forma democrática que permeia as decisões de cada comunidade acadêmica. Atacando não só a autonomia universitária como tentando controlar um espaço que fomenta debates críticos e reflexões sobre diversas áreas do conhecimento (OLIVEIRA, 2020).

Outra atitude do governo que apresenta os seus propósitos de controlar o sistema educacional, segundo seus interesses ideológicos, é o projeto de lei 2401/2019 que prevê a regulamentação do “homeschooling”, o ensino domiciliar. Pois, a aprovação dessa modalidade de ensino dará as famílias a responsabilidade pela educação formal dos filhos. Essa proposta de ensino vem contrapor-se ao que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que o ensino obrigatório deve ocorrer na escola, uma das principais instituições sociais, que não só propicia o conhecimento, mas engloba sujeitos de diferentes religiões, raças e etnias, possibilitando a troca de experiências e o respeito à diversidade.

Em 2019 se instalou no mundo a pandemia do COVID -19, doença ocasionada pelo coronavírus, que obrigou uma boa parte da população mundial adotar um regime de confinamento social. Uma das medidas em todo o mundo foi à suspensão das aulas escolares, da Educação Infantil à Pós- Graduação, promovendo atividades remotas. Com todo esse acontecimento a pauta sobre o homeschooling ganhou novo fôlego na educação brasileira e foi legalizado no Distrito Federal, que a partir de fevereiro de 2021, autoriza o ensino domiciliar. Podemos observar que a tentativa de enfraquecer a escola pública, o apagamento da concepção crítica da formação escolar e a desvalorização docente, ganha força na atual gestão do Brasil.

É dentro desse contexto governamental que é criado o caderno da Política Nacional de Alfabetização – PNA, instituído pelo decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Criado em 15 de agosto de 2019 pelo Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Alfabetização – SEALF, na responsabilidade do ex-ministro da educação, o economista Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub e pelo Secretário Nacional de Alfabetização Carlos Francisco de Paula Nadalim, formado em direito e mestre em educação.

A publicação discorre em explicar a política de alfabetização do atual Governo Federal do Brasil, cujo objetivo é *“elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro”* (BRASIL, 2019, p.7). É indicado aos Estados

e Municípios, docentes da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, além dos responsáveis familiares dos educandos, mas sua adesão é voluntária.



FIGURA 1 – Capa do caderno da Política Nacional de Alfabetização.

Fonte: Brasil (2019)

O documento é composto por 54 páginas, dividido em cinco seções assim intituladas: Contextualização, Alfabetização, Literacia e Numeracia⁷, Política Nacional de Alfabetização, Referências, e integra do decreto nº 9.765/2019. No primeiro capítulo do caderno é relatado o atual cenário da alfabetização no Brasil, trazendo a importância do desenvolvimento de modificações políticas que foquem na alfabetização, literacia e numeracia. São mencionados os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2016, trazendo alguns percentuais como: 54,73% dos estudantes com níveis baixos de leitura, 33,95% dos discentes com níveis baixos de escrita e 54,46% dos discentes com níveis baixos de matemática. A proposta é percorrer por caminhos científicos, melhorando os indicadores sobre alfabetização na Educação Básica para a erradicação do analfabetismo absoluto, projetada para 2024 no Plano Nacional de Educação- PNE.

No capítulo *Alfabetização, literacia e numeracia* é definido o conceito de alfabetização como “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético” (BRASIL, 2019, p. 18). Segundo o material, a aprendizagem não acontece só com a disponibilidade de materiais escritos, mas com um ensino sistemático, pois:

Ao aprender as primeiras regras de correspondência entre grafema-fonema/fonema-grafema, a pessoa começa a decodificar, isto é, a extrair de uma sequência de letras escritas a sua forma fonológica (ou pronúncia), e a codificar, isto é, a combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os

⁷ Numeracia: É a capacidade de raciocinar e aplicar conceitos numéricos simples. habilidades numeracias básicas consistem em compreender aritmética fundamental como adição, subtração, multiplicação e divisão.

sons produzidos na fala. Em outras palavras, começa a ler e a escrever (BRASIL, 2019, p. 18-19).

Outro ponto proposto é tratar a alfabetização baseada em evidências científicas, com a justificativa que muitos países já trabalham com essa visão e estão tendo resultados satisfatórios no processo de alfabetização. Para o documento trabalhar com base científica não é determinar um método, mas orientar as práticas docentes, o sistema educacional, a não desprezarem os estudos científicos, e sim olhar a leitura e a escrita com a lente da ciência.

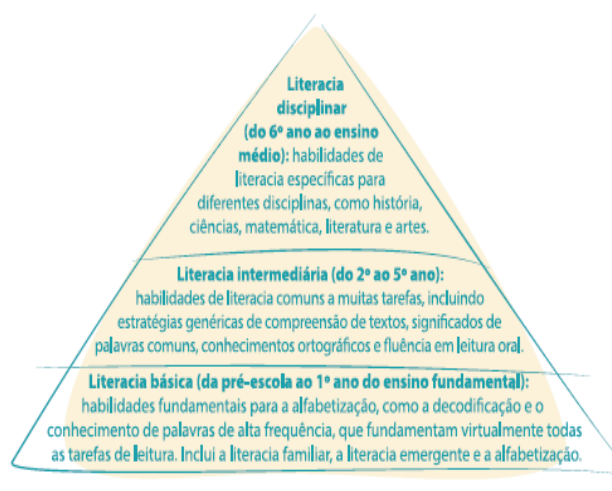
Para fundamentar sua tese o PNA menciona a definição de “ciências cognitivas”, que embarcam distintas pesquisas sobre a mente e a interação com o cérebro. E são desses estudos que surge um ramo que aborda a alfabetização por como “a ciência cognitiva da leitura”, que se refere ao desenvolvimento “dos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e de escrita” (BRASIL, 2019, p.20). Nesta perspectiva a ciência cognitiva da leitura vai se contrapor a algumas reflexões que afirmam a espontaneidade da aprendizagem da leitura e da escrita. Segundo essa perspectiva o ensino da alfabetização não ocorre de modo natural e sim de forma sistemática.

O documento baseado nos estudos de Moraes (2014) apresenta a definição de “Literacia” como sendo:

(...) o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva. Pode compreender vários níveis: desde o mais básico, como o da literacia emergente, até o mais avançado, em que a pessoa que já é capaz de ler e escrever faz uso produtivo, eficiente e frequente dessas capacidades, empregando-as na aquisição, na transmissão e, por vezes, na produção do conhecimento (BRASIL, 2019, p.21).

Além disso, a PNA apresenta diferentes níveis de “literacia”, como podemos observar na figura 2, pois o desenvolvimento da leitura e da escrita não ocorre em etapas ou de repente, mas sim por habilidades que acontecem antes da alfabetização, e depois são ampliado dentro do processo, possibilitando desdobramentos de níveis maiores de literacia, segundo o documento.

FIGURA 2- Pirâmide dos diferentes níveis de literacia



Fonte: Brasil (2019, p.21)

Dentro da pirâmide ilustrada pela figura 2, encontramos termos como o de “Literacia emergente”, que são as habilidades, ou seja, aprendizagem que tenha relação com a leitura e a escrita, apresentadas para as crianças antes de serem alfabetizadas. Também é mencionado a “Literacia familiar”, que se constitui das práticas e experiências com a linguagem, a escrita e a leitura que as crianças experienciam no convívio familiar.

Nesse mesmo capítulo aborda o conceito de literacia numérica que são “habilidades de matemática que permitem resolver problemas da vida cotidiana e lidar com informações matemáticas” (BRASIL, 2019, p.24). E sugere que os estudos sobre a matemática tenham como base as ciências cognitivas.

Na seção intitulada “Como ensinar as crianças a ler e a escrever de modo eficaz”, o documento reconhece as potencialidades dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento metalinguístico na Educação Infantil. No entanto, ressalta a urgência de novas habilidades no processo de aprendizagem da leitura e escrita, destacando a consciência fonológica⁸ como essencial para a compreensão do princípio alfabético na infância.

No Ensino Fundamental é reafirmada a importância do processo de alfabetização caminhar junto com as evidências científicas. E são citados cinco componentes fundamentais para a consolidação da alfabetização, são eles: a consciência fonêmica⁹, a instrução fônica

⁸ A consciência fonológica é uma habilidade metalinguística abrangente, que inclui a identificação e a manipulação intencional de unidades da linguagem oral, tais como palavras, sílabas, aliterações e rimas (BRASIL, 2019, p. 30).

⁹ A Consciência fonêmica é o conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala (fonemas) e a capacidade de manipulá-las intencionalmente (BRASIL, 2019, p. 33).

sistemática¹⁰, a fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário e a compreensão de textos.

Também são apresentadas orientações para a alfabetização de jovens e adultos, para a educação especial, educação indígena, educação escolar quilombola e da educação do campo, todas fundamentadas nas evidências científicas. O caderno ressalta que “pretende dar o devido respeito e suporte às particularidades da alfabetização de cada um desses públicos” (BRASIL, 2019, p. 37).

Além disso, reconhece a importância do professor alfabetizador no processo de ensino aprendizagem, sobretudo sobre as realizações das propostas do PNA. Por isso, promete promover um aperfeiçoamento nos currículos de formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental para que estejam fundamentados “nas evidências científicas mais recentes das ciências cognitivas” (BRASIL, 2019, p. 43).

3. O CADERNO PNA, UM DOCUMENTO EM ANÁLISE.

No decorrer do nosso estudo observamos as diversas formas que os termos alfabetização e letramento foram entendidos no âmbito social e educacional no Brasil. Contudo, esses conceitos sempre estiveram no foco das pesquisas acadêmicas e nas políticas públicas de alfabetização do país. Ao analisamos o caderno do PNA a primeira questão que nos chama atenção é a defesa que faz por uma alfabetização baseada na “ciência cognitiva de leitura”, voltada para os estudos da psicologia.

Adotando essa forma de visualizar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, o documento não demonstra interesse em trabalhar com uma alfabetização voltada para as práticas de letramento. Ao contrário deixa explícito a sua ideia de retomar o ensino defendido pelos métodos de alfabetização “tradicionais” (CARVALHO, 2005).

Outra questão importante que devemos levar em consideração é o vocábulo letramento ser totalmente suprimido do documento enquanto o termo literacia é mencionado 73 vezes, como mostra o quadro 1. Neste sentido, podemos nos perguntar, por que mudar um conceito amplamente conhecido no cenário educacional brasileiro? Será uma reconstrução conceitual visando o avanço e emancipação de estudantes e docentes ou uma tentativa de invisibilização

¹⁰ A instrução fônica sistemática leva a criança a aprender as relações entre as letras (grafemas) e os menores sons da fala/fonemas (BRASIL, 2019, p. 33).

da trajetória de pesquisa no campo da alfabetização desconhecendo a substancialidade do aspecto sócio-político-cultural nas práticas alfabetizadoras?

Quadro 1 – PALAVRAS ESCRITAS NO PNA	
Palavras	Quantidade
Alfabetização	262
Literacia	73
Letramento	0
Habilidade	83
Ciência cognitiva da leitura	11
Consciência fonêmica	15
Consciência fonológica	14
Cognitiva	36

Fonte: a autora (2021)

Já vimos que os conceitos de letramento e literacia surgiram da mesma origem, da palavra *literacy*, no entanto, suas concepções podem ser diferentes de acordo com o contexto que estão sendo usados. O sentido de literacia adotado na redação do documento do PNA se baseia nos estudos do autor José Morais (2014). Portanto, o caderno defende um processo de leitura e escrita reduzido a habilidades biológicas e cognitivas, priorizando as funções individuais em detrimento do contexto social em que o sujeito está inserido. Por essa razão podemos observar no quadro 1 um número expressivo de repetição da palavra habilidade.

Para Morais (2014), os estudos desenvolvidos no Brasil sobre o letramento foram influenciados pela “pedagogia crítica” de Paulo Freire, os quais o autor se opõe. Uma vez que apresenta o processo de alfabetização como uma construção social, fundamentada em um plano ético e político, sendo um processo que envolve práticas escolares que fortaleçam a formação política e crítica da população. Sendo assim, a construção teórica de Morais (2014), e consequentemente o documento do PNA se torna um potente instrumento político de ataque aos pensamentos Freirianos, em razão de apresentar uma perspectiva crítica sobre a educação, o que não é objetivo da conjuntura política atual do Brasil.

O caderno do PNA ao optar pelo termo literacia, utilizado em Portugal e em outros países, faz uma opção político-pedagógica e declara que esta mudança conceitual representa um benefício ao Brasil ao utilizar-se de uma terminologia científica consolidada internacionalmente (BRASIL, 2019, p. 19) se equiparando aos países desenvolvidos. Mas que vantagens seriam essas? Quem seriam os beneficiados com tal mudança?

Ao assumir esse discurso o caderno do PNA não está simplesmente explicitando uma nomenclatura internacional, ele também está desconsiderando o percurso histórico de lutas, conquistas e conhecimentos no campo de estudos sobre alfabetização e letramento no país. Além disso, ao declarar que busca uma “terminologia científica”, apresenta abertamente uma desconsideração ao termo empregado no Brasil, no contexto da alfabetização, e nas pesquisas desenvolvidas até aqui, questionando a cientificidade destas produções.

A extinção do termo letramento em um importante documento que orienta a política nacional de alfabetização, não é algo ingênuo ou uma simples mudança conceitual, mas sim uma disputa política. Essa alteração vem carregada de significados, que visam eliminar qualquer chance do processo de alfabetização ser entendido pelo âmbito do letramento ideológico, relacionando a aprendizagem da leitura e da escrita com as relações de poder, com os contextos culturais e com a identidade pessoal (STREET, 2014).

Outro retrocesso do documento é a efetivação da Educação Infantil como uma preparação para o ciclo de alfabetização, e não como uma fase em si, com suas especificidades. O caderno do PNA até reconhece a importância das brincadeiras nessa etapa, mas defende a necessidade de um ensino sistemático voltado para consciência fonológica na infância (BRASIL, 2019, p. 30). Essa proposta vai totalmente na contramão de anos de luta por uma Educação Infantil que é construída emancipatoriamente com as crianças.

A defesa que a atual conjuntura política defende no PNA de uma escolarização precoce na Educação Infantil, é reafirmada quando o mesmo governo lança em 2020 o edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD, que inclui as crianças e os educadores da Educação Infantil com o propósito de oferecer em 2022 obras didáticas de preparação para alfabetização baseada em evidências científicas, discurso adotado pelo caderno do PNA.

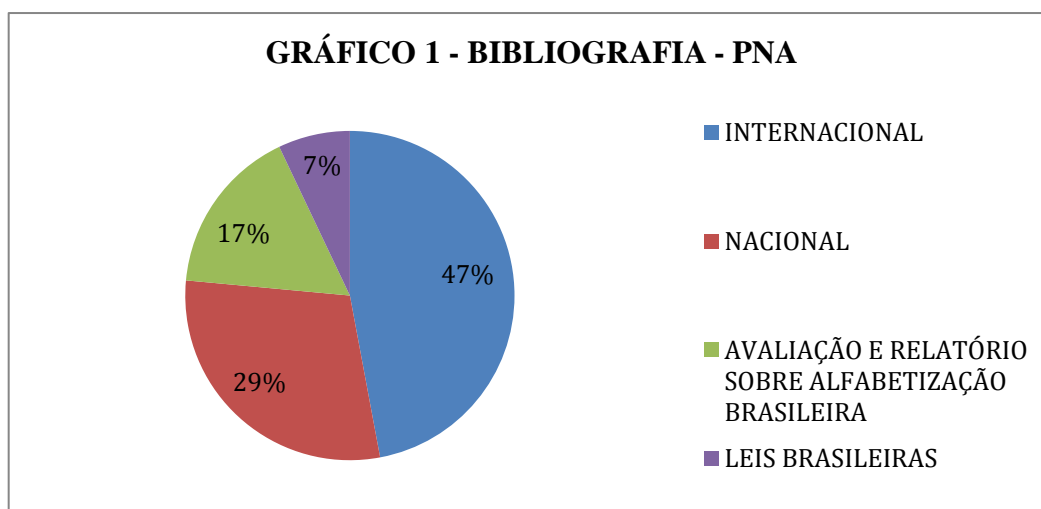
É como se no campo da infância não houvesse qualquer tipo de trabalho com letramento, o que é uma inverdade, pois as experiências que envolvem a leitura e a escrita nessa etapa, devem ser desenvolvidas de modo lúdico e significativo. No Artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil -DCNEIs de 2010 está destacado que o currículo deve promover um:

“Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade”.

Sendo assim, o trabalho que deve sustentar as práticas da Educação Infantil precisa ser consciente e responsável, possibilitando o avanço das crianças nos seus aspectos sociais, afetivos, imaginário, criativo e as interações com seus pares. As propostas pedagógicas na infância precisam estar em consonância com as DCNEIs (2010), tendo as interações e brincadeiras como eixos que orientam as práticas docentes, possibilitando momentos de imaginação, reconhecimento cultural, favorecendo o desenvolvimento social, físico, psicológico e intelectual das crianças, assim como defende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9393/96 e a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018), importantes documentos que orientam o trabalho no campo da infância.

O caderno do PNA também propõe mudanças curriculares nos cursos de formação inicial e continuada dos professores, modificação que vai atender as demandas de uma prática alfabetizadora calcada no discurso sobre evidências científicas (BRASIL, 2019). Este debate vai na contramão aos estudos dos autores Saviani (2009), Nóvoa (1992), e Geraldi (2015), que debruçaram-se em estudar os aspectos: históricos, pedagógicos e políticos, que perpassaram ao longo dos anos na formação de professores. Muitas dessas pesquisas apontam a instabilidade na construção docente; problemas no âmbito metodológico nos cursos de formação, fragilidades de políticas estruturais e governamentais que só contribuíram para abalar os alicerces da constituição docente.

Desta forma estamos assistindo a descontinuidade na política de formação destinada aos professores, que já vinha desde o início do século XXI, sendo construída a partir dos estudos em letramento. Por não atenderem aos objetivos políticos-ideológicos da agenda atual, toda a trajetória formativa alicerçada nas discussões sobre as práticas de letramento está sendo desconsiderada.



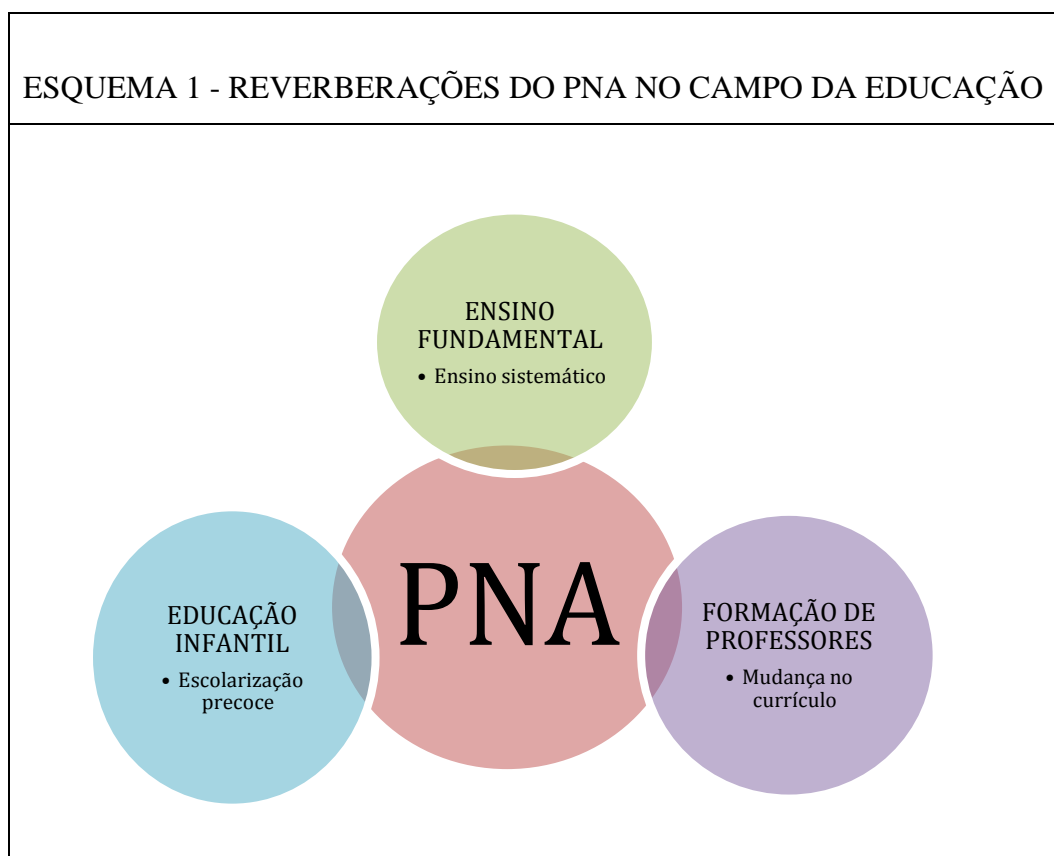
Fonte: a autora (2021)

O documento também evidencia que das 85 referências do PNA, 47% são internacionais, 29% nacionais, 17% são avaliação e relatórios antigos sobre alfabetização do Brasil e 7% leis brasileiras, assim como mostra o gráfico 1. Esse grande volume de estudos estrangeiros fundamentando o PNA é a representatividade da desvalorização do governo com os estudos desenvolvidos no campo da alfabetização no país. Uma vez que no Brasil existem várias universidades públicas pautadas na responsabilidade socialmente crítica, ética e seriedade, por que negar o acúmulo das instituições brasileiras e conseqüentemente de seus pesquisadores? Ou seja, não trazer para uma política nacional de alfabetização a voz da academia, e de pesquisadores/as consagrados/as que já estudam o campo, e se constituíram como referência na área, como Magda Soares¹¹, Paulo Freire, Marlene Carvalho¹², Cecília Goulart¹³ e outros, é uma desvalorização das pesquisas desenvolvidas no Brasil.

¹¹ Magda Becker Soares é professora titular emérita da Faculdade de Educação da UFMG. Pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – Ceale – da Faculdade de Educação da UFMG. Graduada em Letras, doutora e livre-docente em Educação.

¹² É graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969), mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977) e doutora em Ciências da Educação - Université de l'Etat a Liege, Bélgica (1987). Trabalhou na Faculdade de Educação da UFRJ de 1972 a 2003, aposentando-se após 30 anos de serviço. Em 2013, participou do Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa, como supervisora da Região litorânea do estado do Rio de Janeiro. Suas áreas de pesquisa são alfabetização, leitura, letramento, formação do leitor no ensino fundamental.

¹³ Graduada em Letras (Português-Inglês). Mestre em Letras (Área de concentração: Língua Portuguesa), PUC-Rio (1992). Doutora em Letras (Área de concentração: Linguística Aplicada), PUC-Rio (1997). Foi coordenadora do GT Alfabetização, leitura e escrita, da ANPED, durante um biênio (1998-1999). Integrou o CA-Educação da CAPES (2006 e 2007). Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Alfabetização - ABAlf (2012-2014), da qual é sócia-fundadora. Suas pesquisas estão relacionadas aos seguintes temas: alfabetização; ensino e aprendizagem da língua portuguesa.



Portanto, podemos observar no esquema 1, que o caderno do PNA pretende provocar mudanças significativas, não só para área da alfabetização brasileira, mas sim para vários ramos importantes da base do sistema educacional. Ele perpassa pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Formação de Professoras/res, provocando alterações que podem trazer rupturas à Educação Básica.

Portanto, o PNA é um documento que tem todas as questões que esse novo sistema político quer fazer, encaixar, homogeneizar, fixar identidade, colocar todos dentro de um mesmo formato, trazendo uma ordem social que desmobiliza uma proposta de educação emancipatória em prol de um discurso cientificista pautado numa pseudo neutralidade educacional. Considerando o contexto brasileiro precisamos de práticas pedagógicas que se estruturam para além de discursos frágeis e restritos às efemeridades metodológicas, pois alfabetizar é um ato político.

CONSIDERAÇÕES

Ao estudarmos o documento do PNA, através de uma análise documental, podemos perceber que a existência deste Caderno se inscreve numa estratégia política de alfabetização que visa provocar mudanças no cotidiano das práticas alfabetizadoras no currículo da Educação Básica. Entre essas alterações, podemos destacar a escolarização precoce que é proposta para Educação Infantil, desmobilizando uma prática que envolve as crianças nas suas experiências diárias, potencializando as interações e a escuta sensível entre elas e os/as professores/as.

Outro retrocesso causado pelo documento são as práticas tradicionais de alfabetização, focadas num ensino da leitura e da escrita a partir do método fônico, que relacionam a aprendizagem ao discurso das evidências científicas, desconsiderando o aspecto social da aprendizagem nas vivências do processo de construção do conhecimento.

O PNA é um instrumento político que está sendo usado para trazer modificação ao sistema educacional que trará resultados a curto e longo prazo. O documento desqualifica os estudos científicos brasileiros, assim como todas as conquistas no campo da pesquisa em alfabetização, desmerecendo todo o conhecimento produzido no Brasil até então.

Além disso, podemos perceber que a substituição do termo letramento por literacia não é algo ingênuo ou sem propósito algum. Trata-se, sim, de uma mudança teórico-epistemológica e metodológica ao sistema educacional brasileiro que está sendo imposta desde o currículo previsto para a Educação Infantil até a formação dos professores, pautando-se no discurso de neutralidade científica. Esta é uma proposta que visa uma educação mecanizada, padronizada em prol dos interesses do governo atual.

Ao negar as práticas de letramento como parte do processo de alfabetização, o documento não está apagando somente a história de avanço desse campo, como também está tirando os discentes do centro do saber, como sujeitos produtivos e ativos ao processo do conhecimento. Para além disso, o PNA não pretende investir em um ensino da leitura e da escrita pautado numa alfabetização crítica, engajada e emancipatória, pois a formação de massa acrítica torna-se fundamental para a reprodução da realidade vigente.

Como professora da Educação Básica me recuso a exercer políticas públicas que sejam elaboradas sem diálogo com os docentes, que reduzam o nosso ofício a mera reprodução de métodos e técnicas de ensino. Desconsiderando que as nossas práticas diárias nos fazem

produtores de conhecimentos, pesquisadores, que os desafios de alfabetizar acontecem todos os dias e é com as crianças que construímos as possibilidades para uma aprendizagem significativa da leitura e da escrita. E será nesta caminhada curricular, em coletivo, se letrando, que conseguiremos compreender, como nos diz FREIRE, que a educação é um ato político.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. *Gaiolas ou Asas? Por uma educação romântica*. Papirus, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Diário Oficial da União, seção 1, 26 jun. 2014.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: Lei n. 9.394/96. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

BRASIL. *Guia Geral do Pró-Letramento*. Brasília. 2007.

BRASIL. *PNA – Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. *Diário Oficial da União*, 5 jul. 2012.

CARVALHO, M. *Alfabetizar e Letrar: Um Diálogo entre a Teoria e a Prática*. Rio de Janeiro Vozes, 2005.

CELLARD, A. *A análise documental*. In: POUPART, Jean. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. - 5ª ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Carta de Paulo Freire aos professores*. São Paulo, vol. 15, nº. 42, maio/ago, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à práticas educativa*. - 33ª ed -São Paulo. Paz e Terra, 1996.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social* - 6ª ed – São Paulo: Atlas, 2008.

GERALDI, J.W. *A aula como acontecimento*. 2ª. ed, São Paulo, Pedro e João Editores, 2015.

IBGE. *Censo demográfico*. Brasília: 2019. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em:16 jan. 2021.

IBGE. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Brasília: 2010. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 16 jan. 2021.

KISHIMOTO, T. M. *Alfabetização e letramento/literacia no contexto da educação infantil: desafios para o ensino, para a pesquisa e para a formação*. Múltiplas Leituras, v. 3, n. 1-2, p. 18-36, 2010.

MORAIS, J. *Alfabetizar para a democracia*. Porto Alegre: Pense, 2014.

MORAIS, J. *Os caminhos da literacia*. Cadernos de Linguística, v. 1, n. 1, 2020, p. 01-14.

MINAYO, C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. -30 ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NÓVOA, A. *Formação de professores e profissão docente*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Fábio Falcão. *Quero aprender a ler e escrever para deixar de ser sombras dos outros*. Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura – IV Dossiê – Paulo Freire e educação brasileira, atualidade e perspectivas. v.5 n.8, 2020, p.28-50.

SANTOS, K. S. *Políticas Públicas Educacionais no Brasil: Tecendo fios*. Disponível: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/s/comunicacoesRelatos/0271.pdf> , 2011.

SANTOS, F.M. *Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin*. Resenha de: [BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: ed 70ª, 2011, p. 229

SAVIANI, D. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Revista Brasileira de Educação, vol 14, nº. 40, jan/abr de 2009.

SOARES, Magda. *Letramento e Alfabetização: As Muitas Facetas*. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de alfabetização, Leitura e Escrita, Revista Brasileira de Educação, outubro de 2004.

SOARES, Magda. *Letramentos: um tema três gêneros*. Belo Horizonte, Ceale/Autêntica. 1998.

STANLEY, Jason. **Como Funciona o Fascismo: A política de nós e eles**. Portugal: WOOL, 2019. Disponível em: <https://www.wool.pt/livro/como-funciona-o-fascismojason-stanley/23166574>. Acesso em 22.01.2021.

STREET, B. V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.